

NÃO-BINARIEDADE E O ÉDIPO: Da escola à clínica psicanalítica **NON-BINARITY AND OEDIPUS: from school to psychoanalytic clinic**

Ronald Lopes¹
Patrícia Raffo²

RESUMO: A não-binariedade desafia a noção normativa da matriz binária homem/mulher e convoca a psicanálise a revisar seus operadores teóricos. O objetivo deste artigo é examinar e problematizar a centralidade do complexo de Édipo e da castração simbólica na constituição da subjetividade, analisando os impactos da cisheteronormia tanto na manutenção de identidades nos ambientes educacionais quanto no acolhimento clínico da população LGBTQIAPN+. A metodologia consiste em pesquisa teórica de natureza qualitativa, estruturada a partir de uma revisão bibliográfica narrativa. O percurso analítico articula formulações clássicas da teoria da sexuação com as críticas contemporâneas advindas dos estudos de gênero e da filosofia pós-estruturalista. A revisão indica, no debate contemporâneo, a recorrência de críticas à universalização do Édipo e à patologização das experiências dissidentes de gênero. Sugere-se que a manutenção de modelos universalizantes e patologizantes contribui para a exclusão escolar de crianças com expressões de gênero não normativas e pode reiterar violências na escuta analítica. Conclui-se que a interlocução entre psicanálise e estudos de gênero é decisiva para uma revisão ética e teórica dos pressupostos universalizantes que ainda sustentam leituras patologizantes das dissidências de gênero.

Palavras-chave: não-binariedade, psicanálise, educação, complexo de Édipo, LGBTQIAPN+

ABSTRACT: Non-binarity challenges the normative notion of the male/female binary matrix and calls on psychoanalysis to revise its theoretical operators. This article aims to examine and problematize the centrality of the Oedipus complex and symbolic castration in the constitution of subjectivity, analyzing the impacts of cisheteronormativity both on the maintenance of identities in educational settings and on the clinical reception of the LGBTQIAPN+ population. The methodology consists of qualitative theoretical research, structured through a narrative literature review. The analytical trajectory articulates classical formulations of the theory of sexuation with contemporary critiques stemming from gender studies and post-structuralist philosophy. The review indicates that, in contemporary debate, criticisms of the universalization of the Oedipus complex and of the pathologization of dissident gender experiences have recurred. It is suggested that the maintenance of universalizing and pathologizing models contributes to the school exclusion of children with non-normative gender expressions and may reiterate forms of violence in psychoanalytic listening. It is concluded that the dialogue between psychoanalysis and gender studies is crucial for an ethical and

¹ Psicanalista Historiador. Doutor em História pela UERJ. Mestre e Licenciado em História pela UNIRIO. Pós-graduado em Psicanálise e Saúde Mental pelo Serviço de atendimento a Psicanálise em Atenção à Infância e a Família. Pós-graduado em Teoria e Clínica Psicanalítica Freud-Lacaniana da Universidade Santa Úrsula. Pós-graduado em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar pela UNINTER. ronald.lopes80@gmail.com.

² Especialista em Games e Gamificação na Educação Centro Universitário Internacional, UNINTER. Especialista em Orientação Educacional, UNINTER. Especialista em MBA em Educação corporativa e gestão do conhecimento. Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda. Especialização em Biologia Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Graduada em Biologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. Graduação em andamento em Psicanálise, UNINTER. Formação Continuada em Psicanálise na Escola Psicanalítica da Escuta *Peripherica*, EPEP. patraffocoutinho@gmail.com.

theoretical revision of the universalizing assumptions that still sustain pathologizing readings of gender dissidences.

Keywords: non-binarity, psychoanalysis, education, Oedipus complex, LGBTQIAPN+

INTRODUÇÃO

Este artigo sustenta que a leitura universalizante do Édipo e da função fálica produz efeitos normativos quando aplicada às dissidências de gênero; defende-se, por isso, uma releitura ética da psicanálise centrada na distinção entre estrutura clínica, identificação e normatividade. O encontro entre a psicanálise clássica e as dissidências de gênero tem exigido, na contemporaneidade, uma profunda revisão de conceitos historicamente sedimentados. Ao se revisitar as formulações fundamentais sobre o Édipo e a castração propostas por Freud (1905), observa-se que tais formulações vêm sendo criticamente interrogadas por autoras e autores contemporâneos, sobretudo quando mobilizadas de modo universalizante na leitura das dissidências de gênero. No escopo histórico dessa teoria, experiências de sexuação que escapam à normatividade foram, em certos contextos teóricos e institucionais, aproximadas de modo patologizante de categorias como perversão ou psicose. Da hipótese psicanalítica da bissexualidade originária aos dispositivos de controle social, corpos e subjetividades não-binárias resistem e sobrevivem, mesmo que mimetizados, aos limites impostos pela cultura.

É a partir desse tensionamento teórico e prático que emergem as questões centrais desta pesquisa: que deslocamentos a psicanálise contemporânea tem produzido diante das experiências de gênero que escapam ao binarismo? Em que medida a clínica pode contribuir para despatologizar tais experiências, em vez de reiterar estigmas? Conforme apontam Stona e Ferrari (2023), as discussões dos estudos de gênero são proposições teórico-políticas que visam atualizar o que entendemos por corpo, sexo e gênero. Quando esses estudos hibridizam a psicanálise, revelam uma série de conceitos que precisam ser questionados e revistos. Porchat (2015), Ayouch (2017), Cunha (2016) e Gherovici (2017), ressaltam que existem conceitos da teoria psicanalítica que acabam produzindo uma clínica normativa, patologizante e estigmatizante frente experiências dissidentes (Stona e Ferrari, 2023, p.20). Nas últimas décadas, as transformações nos modos de viver o gênero e a sexualidade têm

tensionado diferentes campos do saber, entre eles a psicanálise. A emergência pública de identidades trans e não-binárias, bem como a ampliação dos debates produzidos pelos estudos de gênero e pelas teorias queer, deslocou a centralidade de modelos binários historicamente naturalizados. Nesse contexto, categorias clássicas da teoria psicanalítica — como o complexo de Édipo, a castração e o significante fálico — vêm sendo interpeladas quanto ao seu estatuto universal na constituição da subjetividade.

A teoria freudiana do desenvolvimento psicosssexual, especialmente a formulação do complexo de Édipo, consolidou-se como eixo organizador da psicopatologia e da teoria da sexualização. Posteriormente, com a releitura lacaniana, o falo foi elevado à condição de significante privilegiado da entrada no simbólico, articulando desejo, falta e posição sexualizada. No entanto, autoras e autores contemporâneos têm problematizado os efeitos normativos dessas formulações, sobretudo quando aplicadas às experiências dissidentes de gênero. Entre esses interlocutores, destacam-se autoras e autores que, por caminhos distintos, tensionam a naturalização da diferença sexual e a centralidade exclusiva do Édipo, como Judith Butler, Paul B. Preciado, Jean Laplanche, Patricia Gherovici, Márcia Arán, Mara Caffé, Jairo Carioca e Ronald Lopes, cujas contribuições colocam em questão a naturalização da diferença sexual e a centralidade exclusiva do Édipo como operador universal de subjetivação. Paralelamente, a noção de não-binariedade se consolida como categoria guarda-chuva que abrange experiências de gênero que não se enquadram na oposição masculino/feminino. Essas vivências desafiam modelos teóricos que pressupõem uma resolução edipiana estruturada a partir da diferença sexual binária. Esse cenário suscita a necessidade de reexaminar criticamente os fundamentos conceituais que sustentam tais interpretações.

Procuramos examinar criticamente a centralidade do complexo de Édipo e da função fálica como operadores universalizantes da sexualização; analisar como determinadas leituras psicanalíticas podem reforçar normatividades e patologizações das dissidências de gênero; discutir os efeitos dessa normatividade tanto na escuta clínica quanto nos processos escolares de regulação de gênero. Trata-se também de uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa. A pesquisa bibliográfica concentrou-se prioritariamente em produções disponíveis na base SciELO,

complementadas por obras de referência nos campos da psicanálise, dos estudos de gênero e da filosofia pós-estruturalista. A seleção privilegiou trabalhos diretamente relacionados à crítica da sexuação, às dissidências de gênero e à patologização clínica. Em março de 2025, utilizou-se os descritores “non-binary” (resultando em 172 artigos, dos quais 22 foram selecionados por pertinência temática) e “psychoanalysis gender” (97 artigos, com 21 selecionados). Buscas complementares foram realizadas utilizando os termos “psicanálise” cruzado com “mulher e falo” (11 artigos), “homossexualidade ou transexualidade” (10 artigos) e “feminismo” (8 artigos). O critério de seleção pautou-se na triagem por títulos e resumos que dialogassem diretamente com a intersecção entre crítica psicanalítica e estudos de gênero, garantindo um percurso analítico que privilegia o debate entre formulações clássicas e críticas da filosofia pós-estruturalista. Ao tensionar a centralidade do Édipo e do falo na organização da diferença sexual, pretende-se contribuir para uma reflexão acerca dos limites e das possibilidades de atualização da teoria psicanalítica diante da pluralização contemporânea das experiências de gênero e da necessidade de uma clínica menos normativa e mais comprometida com a singularidade do sujeito.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS QUESTÕES DE GÊNERO

A identidade de gênero não pode ser compreendida como essência fixa ou dado natural, mas como construção histórica e performativa, atravessada por normas culturais e relações de poder, como afirma Butler (2018). Em termos analíticos, convém distinguir sexo, gênero, expressão de gênero e identificação subjetiva, evitando tratá-los como equivalentes imediatos. O gênero diz respeito aos modos de inscrição, reconhecimento e performance subjetiva no laço social, não se reduzindo automaticamente às dimensões anatômicas, cromossômicas ou hormonais. Nesse sentido, pode-se dizer, com Macedo (2024), que o gênero é menos algo que se é do que algo que se faz. Faz-se necessário um extenso parêntese sobre o intersexo. A experiência intersexo demonstra de modo contundente os limites do binarismo sexual. Historicamente, corpos intersexo foram submetidos a procedimentos cirúrgicos normalizadores ainda na infância, muitas vezes sem consentimento esclarecido, com o objetivo de adequá-los à matriz homem/mulher. Tais práticas têm sido amplamente

criticadas por sua violência, por ferirem a autonomia corporal e por revelarem o caráter normativo — e não meramente descritivo — das classificações sexuais.

Diversas genealogias do sexo mostram que a concepção moderna de dois sexos opostos e complementares não é atemporal, mas historicamente constituída. Aliás, a noção de sexo binário homem/mulher, só foi surgir no século XVIII, na Europa, quando antes a vigência era um monismo sexual em que o masculino era a perfeição com a genitália (pênis) para fora, enquanto o feminino era deficitário e — devido à falta de calor no corpo da mãe na gestação — retinha a genitália para dentro. O mais adequado ao nosso tempo seria se pensar a diferença sexual como um mosaico, conforme proposto por Montañez, em 2017, constituído de interações entre os múltiplos fatores genéticos, hormonais, anatômicos, ambientais (Macedo, 2024). No campo das identificações de gênero, convencionou-se distinguir, de modo descritivo, experiências cisgêneras — nas quais há reconhecimento do gênero atribuído ao nascimento — e experiências transgêneras ou transexuais, nas quais esse reconhecimento não se estabelece de forma linear. Tal distinção, embora politicamente importante, não esgota a pluralidade das vivências de gênero e não deve ser convertida em nova dicotomia rígida. Stona e Carrion (2021, citados em Macedo, 2024, p.18) apontam que essa terminologia foi usada por Carl Buijs em 1995, retirando prefixos da química para explicar sua posição como homem trans. Estes termos fundam-se na antonímia, e desmascaram a artificialidade de constituição das expressões de gênero cis e trans. Porém, há de se ter cuidado para que essa nomenclatura não resulte em mais uma dicotomia cartesiana engessada.

A compreensão da transexualidade como transtorno mental tem sido amplamente contestada. Como lembra Castel (2003, citado em Arán, 2009, p. 666), a transexualidade caracteriza-se pelo sentimento intenso de não pertencimento ao sexo anatômico, sem que isso implique, por si, distúrbio delirante ou base orgânica específica. E sobre as pessoas não-binárias? Macedo (2024, p.8) escreve que sendo “insurgente na contemporaneidade em relação ao discurso hegemônico acerca da sexualidade e do gênero, a não-binariedade compreende transidentidades que rompem com o estatuto binário de gênero.” Santos (2023) entende a não-binariedade como desobediência, como uma alternativa decolonial à colonialidade de gênero. Fato é que não-binária opera como um termo guarda-chuva que

abarca identidades que estão entre os pólos feminino e masculino, que são ambos, que fluem entre ambos, ou que não se enquadram em nenhuma. Como diz Foucault, somos produzidos pelo discurso, nosso gênero é induzido e performativo. Butler avança neste caminho, ao argumentar que as normas sociais – a cisheteronormatividade – marca os corpos, os constrói, transferindo a eles as clivagens políticas, econômicas e sociais. Em contrapartida, Preciado propõe práticas piratas, experimentais para subverter os papéis de gênero pregados pelo patriarcado. (Rocha, 2023). Em seu livro de ensaios, Butler (2021, pos. 143) nos introduz:

(...) quando falamos sobre a formação do sujeito, invariavelmente presumimos um limiar de suscetibilidade ou de impressionabilidade que, pode-se dizer, precede a formação de um ‘eu’ consciente e deliberado (...) afetada por algo que está fora de si mesma, entendida como anterior, que ativa e informa o sujeito que sou.

Ela parte da ideia de que antes de termos pensamentos sobre nós mesmos, nossos sentidos estão despertados e estão recebendo impressões do ambiente. Ou seja, somos demarcados desde antes do nascimento pela sociedade e aqueles que nos rodeiam, seus discursos, seus jogos de poder, a cultura enfim e o próprio Real. Nisto encontra um grave impedimento: como narrar retroativamente, essa origem do sujeito, se ela é anterior a própria consciência? Freud nos traz essa resposta, nos convida a acessar esse repositório que é o inconsciente, escamoteado nos sintomas, nos lapsos, nos chistes, nos sonhos... “Uma norma nos precede.” (Butler, 2021, pos.209) E aqui retornamos: a cisheteronormatividade se imprime em cada bebê desde o momento em que o ultrassom revela seu sexo e a família já tece o futuro dele. Esta norma está em “dispositivos como a linguagem, as legislações, a estética de corporalidade, a moda, os mitos e religiões, dentre tantas outras tecnologias de gênero” (Macedo, 2024, p.18). Como vimos em Foucault (1999, p.193), a partir da era moderna, “o poder não pode mais ser tomado como um fenômeno de dominação maciço e hegemônico” de um sobre os outros – o biopoder seria algo circulante, em rede, disperso entre os indivíduos. Do século XVIII para o XIX eclodiria o regime disciplinar, colocando as ciências humanas como normatizadoras da sociedade. Esta nova norma, onde se encaixa a cisheteronormatividade, estabelece o que é lícito, inteligível e o que é ilícito, abjeto – o território dos anormais, entre eles os dissidentes de sexo e gênero.

Butler (2021, pos.226) nos convida a “pensar em ser atuado e agir como simultâneos, e não apenas como uma sequência”. Não somos formados num único momento, mas sim de forma repetitiva, num *continuum* através de toda nossa existência. As dissidências de gênero ocupam, nesse cenário, uma posição de vulnerabilização social reiterada, sendo frequentemente submetidas a processos de culpabilização, normatização e apagamento. Romper significa abandonar aquelas relações formativas – como sobreviver sem elas? Mas também, como sobreviver se não as romper? É uma posição de fragilidade, mas também de afirmação do poder pessoal.

(...) ‘eu’ pode muito bem resistir ou deslocar ou rejeitar as várias semânticas que são associadas com esse ‘você’. Em outras palavras, ‘Sim sou eu, mas não sou aquela que você pensa que sou’. (Butler, 2021, pos.339)

Carvalho (2018, s.p., pos. 3%) traz interessante pesquisa a respeito de como está se dando a “construção de identidades políticas no movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans.” Disse-lhe uma travesti no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros em 2005:

Acho que sou um Pokémon. Quando era novinha me chamavam de viado, depois virei uma bichinha pintosa, depois travesti. Agora, para chegar ao topo da evolução tenho que virar transexual. (CARVALHO, 2018, s.p., pos.9%)

Mesmo no interior da comunidade LGBTQIAPN+, há dissidências, contrassensos, migrações de uma designação para outra, sendo que os conceitos identitários são polêmicos, flexíveis e suportam metamorfoses durante a história de vida de cada pessoa. O acolhimento da auto-identificação ainda é a forma mais válida, respeitosa e inclusiva das atitudes possíveis, sendo a escuta, aqui, imprescindível para não ultrapassar limites dolorosos para o indivíduo.

2. O COMPLEXO DE ÉDIPO, FALO E CASTRAÇÃO : teoria clássica em resumo

A teoria psicanalítica clássica da sexualização encontra seu eixo estruturante na formulação do complexo de Édipo, tal como apresentado por Sigmund Freud no início do

Cadernos Zygmunt Bauman vol. 16, num. 40, 2026

século XX. Para Freud, o Édipo constitui o núcleo organizador da vida psíquica, articulando desejo, interdição e identificação. A partir da triangulação entre criança, mãe e pai, institui-se a lei da proibição do incesto, cuja internalização inaugura o superego e possibilita a inserção do sujeito na cultura. A diferença sexual é então compreendida como efeito da travessia dessa estrutura, mediada pelo complexo de castração. No percurso freudiano, a resolução do complexo de Édipo assume modalidades distintas para meninos e meninas. No menino, o temor da castração conduz à renúncia ao objeto materno e à identificação com o pai; na menina, a constatação da ausência do pênis é interpretada como experiência de castração já consumada, havendo uma culpabilização (e consequente afastamento) da mãe, redirecionando o investimento libidinal ao pai e estabelecendo a maternidade como horizonte identificatório privilegiado (ter um filho como substituto ao pênis). Essa assimetria foi amplamente debatida ao longo do século XX, especialmente no que diz respeito ao estatuto da chamada “inveja do pênis” e à centralidade anatômica na teoria da diferença sexual, Karen Horney e Luce Irigaray são apenas alguns dos nomes que debateram o assunto.

Com a releitura estrutural proposta por Jacques Lacan, a teoria da sexuação desloca-se do registro anatômico para o campo da linguagem. O falo deixa de ser concebido como órgão e passa a operar como significante privilegiado da falta, organizador do desejo e da posição do sujeito no simbólico. A entrada na ordem simbólica ocorre por meio do Nome-do-pai, que institui a lei e regula o acesso ao gozo. Nesse enquadramento, as posições “masculina” e “feminina” não correspondem diretamente ao sexo biológico, mas a modos distintos de relação com a função fálica. No Seminário 20, Lacan (1985) formaliza as chamadas “fórmulas da sexuação”, distinguindo dois modos lógicos de inscrição na função fálica: de um lado, a universalidade regulada pela exceção; de outro, a lógica do “não-todo”, associada a uma relação não inteiramente subsumida ao significante fálico. Ainda que essa formalização tenha sido lida por alguns intérpretes como abertura à pluralidade das posições subjetivas, a função fálica permanece como operador central da diferenciação sexuada. Através desta resolução sedimenta-se a identidade de gênero nuclear – “a noção que o indivíduo tem a respeito do seu próprio sexo, não tendo implicações de papel do gênero ou relações de objeto” sendo um “nexo central, em torno do qual serão acrescidas a

masculinidade e a feminilidade.” – conforme Kernberg (1995) citado em Parisotto et al. (2003, p.84). Segundo aquele, essa identidade de gênero nuclear se deve a: 1) a força biológica dos hormônios desde o útero; 2) o sexo atribuído ao nascimento de acordo com a genitália externa [aqui temos a problemática das pessoas intersexo que são mutiladas para se adaptarem a um gênero ou outro na terna idade]; 3) a atitude dos pais quanto ao sexo da criança; 4) o *imprinting*, as experiências psicológicas derivadas do cuidado parental, que condicionam a criança; 5) “o desenvolvimento do ego corporal que se refere às sensações, especialmente de seus genitais, que vão definindo seu físico e as dimensões psíquicas do próprio sexo.” (Parisotto et al., 2003, p.84). Couto (2017) descreve a fase fálica, usando obras de Freud:

Ao reparar no pênis de um irmão (...) nota como o tamanho é maior do que o seu órgão, que passa então a ser, praticamente, imperceptível. Assim se instala a inveja do pênis (...) a menina admite que não tem aquilo que viu, mas que quer tê-lo também. Não é que a menina queira um pênis, mas a sensação de potência que tal órgão promove. (...) [Nesta fase] a menina sofre por já tê-lo [o falo] perdido. (Couto, 2017, p.3)

Essa formulação supõe que a criança já reconheça no pênis um valor de potência socialmente investido, o que indica que a teoria não descreve apenas uma vivência intrapsíquica, mas também reproduz uma economia simbólica historicamente marcada pela centralidade masculina. Tem-se também a biologização das diferenças sexuais no que ele chama de polaridades. Ou na questão da lógica cisheteronormativa da iminência da reprodução sexual balizando a genitalidade dos púberes – fim da sexualidade em si – momento ao qual somos preparados. Em novembro de 2019, Preciado foi convidado a falar aos psicanalistas durante as jornadas internacionais da Causa Freudiana sobre o tema “Mulheres na Psicanálise”. Sua fala, interrompida, foi bombástica e dividiu a audiência. Houve muitos xingamentos. Já no início do seu discurso, ele confessa:

Eu, um corpo marcado pelo discurso médico e jurídico como ‘transexual’, caracterizado a maior parte dos diagnósticos psicanalíticos como sujeito de uma ‘metamorfose impossível’, situado, segundo a teoria prevalente, para além da neurose, na própria borda da psicose, incapaz, segundo vocês, de resolver corretamente um complexo de Édipo, ou tendo sucumbido à inveja do pênis. (PRECIADO, 2020, p.9)

Deleuze, num seminário em 1973, (citado em Lima e Bedê, 2020, p.163), critica a psicanálise dizendo que a mesma é “uma máquina interpretativa já pronta, automática, que impede as pessoas de falarem, uma vez que ela já ‘dispõe de um código pré-existente’ que traduz em outra linguagem tudo que o paciente possa dizer” – e para isso encontra como solução a “esquizoanálise” que pretende ser “uma psicanálise política e social, uma análise militante.” No polêmico livro de Deleuze e Guattari, eles nos postulam: “(...) os sujeitos já chegam edipianizados à psicanálise, eles pedem e tornam a pedir isso mesmo. (...) Édipo é uma ideia de paranoico adulto.” (Lima e Bedê, 2020, p.163) Ou seja, seria o pai paranoico, sob pressão da sociedade cisheteronormativa, que provocaria o complexo no filho. Aqui estes autores frisam a “relação com o não-familiar é sempre primeira” – a sociedade, com seu peso histórico e político é o que incita. E isto muda a visão deste processo mental: podemos sentir o caráter socialmente implicado que uma análise assim teria. Seguem, citando passagens daquele livro: “Se o desejo é recalcado é porque toda posição de desejo, por menor que seja, pode pôr em questão a ordem estabelecida de uma sociedade (...)” (Lima e Bedê, 2020, p.164). A esquizoanálise passaria do nosso conhecido inconsciente edipiano oprimido pela família “para atingir o inconsciente produtivo imediato.” (Lima e Bedê, 2020, p.164) Tendo isto em vista, provocam Deleuze e Guattari, o inconsciente é “órfão, assim como é anarquista e ateu”, “ignora as pessoas” e Édipo é “uma resistência que deve ser rompida”. Os autores nos colocam que o que há, no fim, são resistências e máquinas desejantes – as pulsões.

Trazem eles que para Laplanche, o Complexo de Édipo vem para recobrir essa sedução, organizando para o bebê tais situações sexuais, suavizando o impacto das mesmas. E que o mesmo é da “ordem de esquemas narrativos culturalmente transmitidos, e não, como gostaria a teoria clássica, da ordem de fantasias filogenéticas.” (Lima e Bedê, 2020, p.167) Avançando, chega-se à noção, para Laplanche, de que a sedução promoveria a designação de gênero da criança. Os pais não só falaria conscientemente isto, como tratariam inconscientemente, através do seu desejo do que a criança fosse ou venha a ser. Mesmo mais tarde, quando a criança pode compreender que a chamam por garota ou garoto, ela não compreende totalmente o que vem a ser exigido dela a partir disso, novamente temos algo de enigmático a ser interiorizado. Para ajudá-la a compreender isto melhor, a criança

(e nós enquanto adultos – pois continuamos a ser exigidos um papel de gênero) busca na sociedade por “esquemas narrativos ou códigos tradutivos”. (Lima e Bedê, 2020, p.168)

A partir de Édipo teríamos para o infante as definições de ‘quero ser como papai’ ou ‘quero ser como mamãe’ e ‘desejo alguém como papai’ ou ‘desejo alguém como mamãe’, já que as famílias são tradicionalmente cisheterossexuais. Há aí uma perpetuação do Édipo, pelo dispositivo de reprodução sexual. Ao mesmo tempo, podemos dizer que o desejo e o Sexual são constrangidos nessa escolha binária. Ergue-se também a contraposição das famílias homoparentais ou transparentais, em que a parentalidade deixa de estar situada neste binômio pai/mãe. Trazendo Deleuze e Guattari novamente, os autores citam “nem o homem nem a mulher são, seguramente, personalidades bem definidas – mas vibrações, fluxos, esquizas e ‘entrelaçamentos’” (Lima e Bedê, 2020, p.168).

Arán (2009, p.653) inicia seu trabalho dizendo: “a questão da sexualidade e da diferença sexual é provavelmente aquele [elemento] que mais sofreu modificações ao longo da obra freudiana.” Se o processo de desenvolvimento psicosssexual revolucionou sua era, o Complexo de Édipo tornou-se objeto de dissenso e reformulações por analistas conseqüentes. Ela resume a três vertentes essas tentativas: 1) a “teoria das relações objetais precoces” sem referência a Édipo como em Balint e Winnicott, 2) Lacan com seu retorno a Freud colocando a ênfase no significante fálico, 3) as críticas de filósofos pós-estruturalistas como Deleuze e Guattari, Butler [e Preciado] com a formulação de identidades e desejos não edipianos. Focando em Lacan: este, em 1956, bebeu em Freud a teoria falocêntrica, mas alguns teóricos apontam um distanciamento posterior quando, em 1958, Lacan postula que “o falo é um significante” (como citado em Bonny et al., 2023, p.7). Na estrutura teórica, o falo seria possuído na base da ausência, passível de compensação por substitutos. “Essa compensação é primeira e mormente efetuada pela linguagem, que nos permite mover de um significante a outro, dizer e especificar o que desejamos.”

Ocorre que o termo *phallus* (palavra em grego para pênis) enquanto órgão sexual anatômico, não possui relação intrínseca com os discursos de poder, cultura ou desejo, exceto pelo fato histórico de pertencer à anatomia daqueles que, por séculos, monopolizaram o acesso a estes. Ainda que Lacan tenha deslocado o falo do registro anatômico para o simbólico, a permanência de sua centralidade como operador privilegiado

da sexuação suscita a questão de saber em que medida tal formalização preserva, sob nova roupagem, a hierarquização historicamente associada ao masculino. A manutenção dessa primazia simbólica pode ser lida como a propagação de uma hegemonia estrutural do homem sobre a mulher, onde ele detém o símbolo de acesso à cultura, ignorando a realidade material contemporânea em que as mulheres ocupam posições de chefia, produção de conhecimento e atuação política.

Sobre as mulheres, sua posição é a de que a elas não há uma falta inferiorizante, nem o bebê desejado [em Freud] é o equivalente ao falo, mas sim que elas “não são fisicamente determinadas a desejar um objeto determinado estritamente [para elas], como um bebê, ou um pênis perdido”, conforme Miller (1994) e Hamon (2010) citados em Bonny et al. (2023, p.7). Lacan questiona o que caracteriza a feminilidade em sua essência, a parte da maternidade e de sua relação com os homens. Acaba por definir que a feminilidade não pode ser representada de um modo afirmativo, dizendo: “A Mulher não existe.” (citado em Bonny et al., 2023, p.8) Este aforismo indica que não há uma representação simbólica padrão desta feminilidade, portanto não pode ser pensada como uma categoria fixa. “Expressões de feminilidade são singulares e as respostas do sujeito a feminilidade também são únicas.” – nos colocam os autores Bonny et al. (2023, p.8). Na análise aqui pensada, tal diferenciação não se mantém: é cobrado pela [e dado à] sociedade um modelo de mulher, bem como se faz com o homem. São papéis rígidos, pré-definidos. Ainda recorrendo a Lacan, “o falo é o único representante padrão de sexo, seja nas estruturas sociais da dominação masculina, seja no inconsciente.” (Bonny et al., 2023, p.8) Mas dessa falta de representação da feminilidade, temos por consequência que ser mulher é uma possibilidade para os homens biológicos, bem como identificar-se com o falo é uma possibilidade para mulheres biológicas.

Mas será que a diferença de sexos assim concebida [em Lacan] supera os impasses freudianos com respeito à mulher? Não é o que parece. [Concordo, apesar do exposto pelas autoras anteriores]. Indizível na sua radicalidade, a alteridade da mulher se faz no registro da história pelo referente fálico novamente, cuja propriedade é tornar dizível. A mulher não é toda dita, mas o que se diz dela, o é pelo referente fálico. Voltamos, assim, à gerência do falo. (Caffé, 2022, p. 582.)

Igualmente, baseada em Martins (2025) e Murta (2025) vê-se como o corpo feminino na figura da vulva e do útero contém poder e simbolismo: é criação, aconchego, proteção contra o mal, felicidade. Desde sociedades coletoras que a mulher por sua capacidade de gestar e amamentar é sagrada e detém o poder biológico, muito anterior ao poder simbólico instituído pelo homem como defesa frente à inveja e ao seu próprio desamparo. Algumas autoras contemporâneas têm proposto uma crítica ao primado fálico a partir da valorização simbólica da gestação, da vulva e do útero, deslocando a leitura clássica da “inveja do pênis”. Embora essas formulações contribuam para tensionar o falocentrismo, elas também exigem cautela para que a crítica à hierarquia sexual não recaia em nova essencialização do feminino. Essa problematização torna-se particularmente relevante diante da emergência contemporânea de experiências de gênero que não se reconhecem na oposição masculino/feminino. Se a teoria clássica pressupõe a resolução da sexuação por meio da inscrição na lógica fálica, a pluralização atual das identificações convoca a interrogar os limites desse paradigma. É nesse ponto que a não-binariedade se apresenta não apenas como fenômeno sociocultural, mas como desafio teórico à própria arquitetura conceitual da psicanálise.

3. A CRIANÇA LGBTQIAPN+ NA ESCOLA: normatização de gênero e exclusão

Se a família foi tradicionalmente tomada como cenário privilegiado da organização edípica, a escola evidencia que a normatividade de gênero também se produz e se reitera institucionalmente, por meio de práticas pedagógicas, segregações corporais e sanções entre pares. Garcia e Brito (2018) analisam o caso de uma criança, identificada como *queer* por eles, no contexto de aulas de educação física, e isto nos impacta em como o estigma dos “outros gêneros” começa já tão cedo na vida destes indivíduos e de forma consentida pelo restante da sociedade. Citando Louro (2013) tem-se que, no tempo atual, “questões de gênero e sexualidade” se apresentam nas escolas e desde lá nota-se a cisheteronormatividade cobrando congruência entre sexo/gênero/desejo. Já na infância se separam os sexos – “masculinidades fortes” para os meninos com “atividades violentas” conforme Reis e Paraíso (2014, citados em Garcia e Brito, 2018) e “elementos graciosos,

delicados, dedicação aos estudos, silêncio e submissão” (Garcia e Brito, 2018, p.1322) para as meninas. Para Altmann (2015, citado em Garcia e Brito, 2018, p.1322) fica claro que há um “ranking” entre os meninos, vencendo o que demonstra mais “aspectos masculinizantes” como “força, brutalidade, rebeldia e desobediência”.

O trabalho aponta as pedagogias escolares como promotoras de exclusão, reproduzindo a cisheteronormatividade sobre as crianças e adolescentes – Louro (2010, citada em Garcia e Brito, 2018, p. 1323). Neste ambiente, quem não se conforma [a esta norma] é “hostilizado, sofrerá bullying, tornando-se chacota” sendo identificado como “homossexual e/ou anormal”, na visão de Reis e Paraíso (mesma página acima). São condutas LGBTfóbicas, endossadas pelo que Junqueira (2012 citado em Garcia e Brito, 2018, página 1323-1324) chama “pedagogia do armário” levada adiante através de insultos. Isto demonstra como a edipianização é um processo não só intra-familiar, mas social, mais amplo, levado a cabo durante muitos anos, reiteradamente. Como nas aulas de educação física o corpo está em destaque e em atividade perante uma audiência, é justamente nela que se destaca gênero e sexualidade e onde mais prontamente se notam as respostas a isso, segundo Jaco e Altmann (2017 citados em Garcia e Brito, 2018, p.1323).

A pesquisa se deu numa escola municipal da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, os sujeitos foram alunos do 1º ano do ensino fundamental, entre seis e sete anos de idade, num total de 13 meninos e 15 meninas, “bem como o respectivo professor de EF.” No primeiro evento, um dos estudantes, J.V. “passou a dançar e coreografar” uma música de Anitta, “Show das Poderosas”. G.P. “passou a persegui-lo para dar-lhe socos e pontapés”. A reação de J.V. era correr, afastar-se e voltar a dançar. G.P. “de longe, respondia: ‘Menininha, você é viadinho, para de fazer essas coisas.’” O professor não tomou partido, como se não tivesse percebido nada. (Garcia e Brito, 2018, p. 1326) No segundo evento, o professor ordenou uma atividade em que se fazia fila e um aluno por vez devia passar por baixo das pernas de todos. “Quando J.V. encontrava-se como protagonista, um de seus pés ficou preso entre as pernas de dois colegas. J.V. começou a gritar e a forçar a soltura do pé” perdendo o tênis. “Ao chegar ao final do túnel” levantou-se gritando “Ah, a Cinderela perdeu seu sapatinho de cristal!” correndo e pulando, com os punhos frouxos. F.G. o olhou com “um misto de dúvida e estranhamento” e disse “A Cinderela é menina. Você não pode ser a

Cinderela.” J.V. respondeu colocando os “braços na cintura” e fazendo “expressão de desdém”. F.G. cochichou com seus colegas. (Garcia e Brito, 2018, p. 1326)

No terceiro evento, o professor organizou a turma com meninos jogando caçador e meninas jogando peteca e pulando corda. J.V. ficou alheio à divisão, “correndo sozinho enquanto gritava com medo” de ser acertado pelas boladas, observando as meninas. “Tentou inserir-se nas atividades de corda”, mas uma menina o rechaçou sob a desculpa de que era lugar só das meninas. J.V. “fez sua expressão de deboche” e se afastou, correndo das bolas outra vez. (Garcia e Brito, 2018, p. 1327) No quarto evento, os alunos iam sendo colocados uns contra os outros, para fazer uma prova de obstáculo e ao final chutar a bola ao gol. A cada vez, disputavam duas crianças. J.V. foi escalado contra F.B., sendo que durante o percurso “a turma formou coro em apoio a F.B.” ao invés de se dividir entre os dois participantes. Quando F.B. venceu o circuito todos demonstraram “alegria e euforia”, “principalmente as meninas, que pularam alegres”. J.V. ao voltar ao grupo, foi recebido por G.P. que lhe disse “Ninguém torce pra você!” mostrando a língua. J.V. “colocou os braços na cintura, fez sua expressão de deboche e acenou com o braço” como se não se importasse. (Garcia e Brito, 2018, p. 1327)

O aluno J.V. transpõe identidades e performances alternativas àquela esperada de meninos/homens, não correspondendo às expectativas normativas da turma. Isso desencadeia condutas que Garcia e Brito (2018, p. 1327) elencam como “homofóbicas”, com o intuito de tentar redirecioná-lo aos enquadramentos padronizados esperados. Cabe, contudo, uma ressalva analítica a essa classificação: à luz dos estudos contemporâneos, é possível argumentar que os ataques sofridos por J.V. derivam de uma recusa de sua expressão de gênero (performatividade feminina e não-binária). Embora os autores nomeiem tais condutas como homofóbicas, é possível argumentar que, nesse caso, a violência incide sobretudo sobre a expressão de gênero da criança, aproximando-se também de uma lógica transfóbica ou de policiamento de gênero, uma vez que o tensionamento ali recai sobre a identidade de gênero exposta, não necessariamente sobre uma orientação sexual ainda não estabelecida na infância. De todo modo, como apontam os autores da pesquisa, “faz-se presente um discurso sexo-político de coerção que vigia, assegura e/ou desvalida meninos e meninas através de gestos, da linguagem, de perseguições e da

demarcação de territórios fixos e intransitáveis” (Garcia e Brito, 2018, p. 1328) em plena consonância com os mecanismos disciplinares descritos por Preciado (2013). Citando Bento (2011):

As reiteraões que produzem gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. (...) a subjetividade daquele que é objeto dessas reiteraões é minada. (citada em Garcia e Brito, 2018, p. 1328)

Nos eventos testemunhados, lê-se a exclusão primária desse aluno constantemente policiado pelos pares e julgado como indigno de pertencimento aos grupos pelo simples fato de sua performance escapar à cisheteronormatividade. (Garcia e Brito, 2018, p. 1329) Ele é empurrado para o que Butler (2016) define como um estado de “precariedade”. Preocupam-se os autores com o futuro escolar desta criança, se a mesma não encontrará forma de se ausentar das aulas de EF. Mesmo permanecendo, há o risco de estar “presentes em matéria/corpo” (Garcia e Brito, 2018, p. 1330), mas não participar ativamente das tarefas. Questionam-se se os insultos já não se espalharam para outras matérias e a possibilidade da criança evadir do colégio. Fechando o artigo, os autores focam na ausência de atitude do professor, que acaba por legitimar a transfobia da turma.

Não se atentar para tais ocorrências, além de grave, vai na contramão da profissão docente, principalmente no que tange ao educar pensamentos e opiniões em uma sociedade crítica, democrática e inclusiva. (...) Defendemos, portanto, a implementação de currículos e pedagogias que direcionem seus olhares para as diferenças, em particular as questões de gênero e sexualidade, objetivando desnaturalizar, descristalizar e desconstruir (...) condutas segregacionistas. (Garcia e Brito, 2018, p. 1331)

Nos deixam com Preciado (2013 citado em Garcia e Brito, 2018, p. 1331):

Eles defendem o poder de educar os filhos dentro da norma sexual e de gênero, como se fossem supostamente [cis]heterossexuais. Eles desfilam para conservar o direito de discriminar, castigar e corrigir qualquer forma de dissidência ou desvio, mas também para lembrar aos pais dos filhos não-[cis]heterossexuais que o seu dever é ter vergonha deles, rejeitá-los e corrigi-los. Nós defendemos o direito das crianças a não serem educadas exclusivamente como força de trabalho e de reprodução. Defendemos o direito das crianças e adolescentes a não serem considerados futuros produtores de esperma e futuros úteros. Defendemos o direito das crianças e

dos adolescentes a serem subjetividades políticas que não se reduzem à identidade de gênero, sexo ou raça.

A noção de não-binariedade designa um conjunto heterogêneo de experiências de gênero que não se reconhecem na oposição exclusiva entre masculino e feminino. Diferentemente de identidades trans que podem reivindicar a inscrição em um dos polos do binário, a não-binariedade implica, muitas vezes, a recusa da própria lógica dicotômica como horizonte organizador da identidade. Trata-se menos de uma “terceira posição” estável e mais de um campo de experimentações que desloca a centralidade do dimorfismo sexual como matriz de inteligibilidade subjetiva. Sob o prisma da teoria clássica da sexuação, tal deslocamento produz tensões significativas. Ainda que a releitura lacaniana tenha afirmado que as posições sexuais não se confundem com o sexo anatômico, a formalização das fórmulas da sexuação mantém a função fálica como operador lógico estruturante. A distinção entre a lógica do “todo” e do “não-todo” continua referenciada à função fálica, o que suscita a questão: seria possível pensar posições subjetivas que não se organizem primordialmente em relação a essa função?

Em certos contextos clínicos, experiências de gênero não alinhadas ao binarismo foram interpretadas como indício de falha na metáfora paterna: manifestação de estrutura psicótica. Tal leitura decorre, frequentemente, da associação entre estabilização identitária e resolução edípica considerada “bem-sucedida”. No entanto, essa associação não é consensual no interior da psicanálise. A pluralização das experiências clínicas contemporâneas tem demonstrado que a diversidade de identificações de gênero não implica, por si só, desorganização estrutural ou comprometimento da realidade psíquica. A partir dessa constatação, torna-se necessário distinguir entre estrutura clínica e modos de identificação. A identidade de gênero não equivale à estrutura — neurose, psicose ou perversão — e sua variabilidade não pode ser automaticamente traduzida como índice diagnóstico. Essa distinção é fundamental para evitar reducionismos que confundem diferença com patologia. A não-binariedade, nesse sentido, não se apresenta como falha na inscrição simbólica, mas como modalidade singular de elaboração da diferença e do desejo.

Nesse horizonte, a não-binariedade pode ser compreendida não como recusa da diferença sexual, mas como reinscrição singular da diferença fora da lógica estritamente

binária. Ao invés de abolir a questão da sexuação, ela a radicaliza, evidenciando que o sujeito é convocado a inventar respostas próprias diante da impossibilidade de complementariedade plena entre os sexos. O desafio que se impõe à psicanálise, portanto, não é o de abandonar sua teoria da diferença, mas de interrogar se a centralidade normativa do Édipo e da função fálica permanece suficiente para dar conta da pluralização contemporânea das posições de gênero. A escuta clínica, orientada pelo princípio da singularidade do sujeito, parece exigir um deslocamento do universal estruturante para a lógica da invenção subjetiva. Assim, a não-binariedade não se apresenta apenas como fenômeno sociocultural emergente, mas como operador crítico que convoca a teoria psicanalítica a revisar seus pressupostos universalizantes e a distinguir, com maior precisão, entre estrutura, identificação e normatividade.

4. DESAFIOS DA CLÍNICA: entre a norma e a insurgência

Loures e Poli (2023, p.1) iniciam seu artigo com similar intuito que esta pesquisa: “propor algumas questões sobre as resistências dos psicanalistas sobre as novas configurações de gênero (e dos corpos)”. Situam nas revoluções sexuais do século XX, com a contribuição dos movimentos sociais feministas e LGBTQIAPN+, a invenção da pílula anticoncepcional e as técnicas de reprodução assistida, e também aos avanços tecnológicos e médicos que permitem uma “ortopedia dos corpos” (Loures e Poli, 2023, p.2), a origem de novas subjetividades. Cabe questionar: “Como vem sendo recebido e orientado o trabalho clínico” (Loures e Poli, 2023, p.2) com estas pessoas? As autoras citam um caso tomado por um artigo de Jacques-Alain Miller – “Dócil ao trans” (2021 citado em Loures e Poli, 2023, p. 3-4), portanto bastante recente – resumindo-o:

Em um tom irônico e jocoso, Miller argumenta que a ampliação dos espaços de fala dos grupos subalternos, para além dos consultórios no Pós-Segunda Guerra, acabou por bagunçar a ordem sexual estabelecida. Aqueles que eram, até então, considerados ‘doentes’ puderam vir a público falar, perturbando não o gênero, intrinsecamente confuso, mas a ‘guerra imemorial dos sexos’ (...) ‘Nos assuntos de pegação, ou seja, no campo da sexualidade, se vocês preferem falar Gourmet, é uma zona. Tudo agora está de cabeça para baixo, Butler e suas bacantes bagunçaram tudo ali, não é possível.’

Esse autor acredita que, no movimento por direitos trans, existe uma pauta suprematista destes sujeitos, constituindo em grave ameaça à ordem sexual – aqui é claro sua posição política como guardião da cisheteronormatividade. O mesmo também interpreta os enunciados de Preciado, dizendo que, como este filósofo questiona os fundamentos da Psicanálise e os próprios analistas como defensores do patriarcalismo, é sintoma de um enfraquecimento do Nome-do-pai e de um “aumento de influência do desejo materno” – fazendo-se notar um “apelo ao retorno de um pai” para controlar e aniquilar o que vem sendo inserido na sociedade através dessas “propostas *queer*.” (Loures e Poli, 2023, p. 4) Bonny et al. (2023, p.2) introduzem seu artigo com “um dos mais significantes fatos culturais e clínicos da década passada é o crescimento exponencial nas pessoas que se identificam ou são diagnosticadas como trans e a solicitação subsequente para transição” – conforme Habib, 2021. Citam vários autores (Gediman, 2004; Chodorow, 2005; Teodoro & Chaves, 2020) para nos dizer que

Freud participou na desconstrução de normas de gênero no seu tempo e cultura, mas seus trabalhos sobre a sexualidade feminina mostram que ele não conseguiu se livrar completamente de todos os estereótipos, especialmente os concernentes às mulheres. (Bonny et al., 2023, p.2)

Sua teoria sobre a inveja do pênis como ponto central do psiquismo feminino vem sendo questionada desde Karen Horney e seguirá sendo.

Em 1929, Rivière argumenta que a feminilidade não vem nem de uma fundação ou essência biológica, nem anatômica, é uma máscara. (...) [para tal ela não usa o sexo anatômico em suas considerações] mas o uso de um semblante – como Lacan iria chama-lo – de gênero. (Bonny et al., 2023, p.3)

Já Horney (1939/1966) “aponta a ausência de consideração dada ao impacto de determinantes sociais e culturais sobre as mulheres” (Bonny et al., 2023, p.3), nos colocando que as relações homem/mulher são estruturadas do social para o psíquico.

O final dos anos 1960 marcaram um ponto de inflexão na pesquisa psicanalítica pós-Freudiana: a noção de gênero foi efetivamente integrada na psicanálise norte-americana por Stoller (1968) que o emprestou de um psicólogo, Money (1952; 1965). Com Stoller, o assunto de gênero foi propelido ao domínio da psicopatologia, baseada em sua experiência clínica com transexuais adultos. (Bonny et al., 2023, p.3)

Gherovici (2018) “liga transgeneridade com a teoria de Lacan do assim chamado *sinthome*.” (Bonny et al., 2023, p.5) Como visto anteriormente, em determinados contextos clínicos e institucionais, experiências trans foram aproximadas de leituras estruturalmente patologizantes, sobretudo quando a transição era interpretada como índice de falha na metáfora paterna ou de fragilidade da inscrição simbólica – e esta posição da autora ajudaria a se aproximar do assunto de forma não-patologizante.

[Ela] mantém que a transição de gênero, seja ela feita no nível social e/ou hormonal e/ou cirúrgico, constitui uma solução sistemática para tratar um desconforto sentido pelo indivíduo em relação ao gênero, e que a psicanálise é uma prática da fala (e, portanto, um tratamento de desfrute do corpo) que pode vir consolidar essa solução. (Bonny et al., 2023, p. 5)

Poderíamos então nos perguntar se “os efeitos patogênicos induzidos pelo sexo na fala são somente uma questão de construção de gênero, o que pode ser curado por uma análise desconstrutivista?” (Bonny et al., 2023, p.5) Para tal, os autores nos dizem que se deve levar muito a sério as teorias de gênero que colocam que nenhuma norma, aqui colocamos a cisheteronormatividade, tem origem natural ou biológica. “Mas os dois paradigmas (gênero e sexualização) são bastante incomensuráveis.” (Bonny et al., 2023, p.5-6). Citando o trabalho de Leguil (2015) temos que

cada sujeito é suscetível ao sentimento de desassossego com o seu sexo. Este desassossego pode brotar da sua história infantil e de como um dos pais tenha aplicado seu próprio modelo de gênero. Isto é irreduzível aos efeitos das normas sociais pois, no caso de cada sujeito, há uma interpretação singular do seu gênero. (...) Para cada sujeito há uma ausência ontológica. Essa ausência permite o sujeito desejar e inventar sua própria posição sexual. (Bonny et al., 2023, p. 6)

Em concordância com Leguil, os autores acreditam que, num nível terapêutico, é trabalho do analista acompanhar este sujeito na sua jornada inventiva de escolha de um gênero, dando-lhe margem de manobra dentro do possível. “A sexualização é conflituosa e nunca acha uma resposta definitiva na psique – é sintomática.” (Bonny et al., 2023, p.6) Com esta afirmação os autores nos introduzem ao fato de que é o feminino o responsável por esse conflito, e que o feminino de acordo com Lacan não é restringível ao gênero. Este artigo articula, a partir de Oliveira (2025), dois conceitos originalmente pensados para as

dinâmicas de estruturação do racismo. De modo apenas analógico e com as devidas reservas, algumas categorias formuladas para pensar a incidência estrutural da violência sobre corpos racializados podem inspirar reflexões sobre o impacto contínuo da cisheteronorma sobre corpos dissidentes. Tal aproximação, contudo, não elimina a diferença histórica entre racismo antinegro e violência de gênero, nem autoriza sua equiparação. Transpõem-se, aqui, para a vivência da população trans os termos “trauma destruinte” e “doridade”, que a autora entende, pela experiência própria e a de relatos outros, ser marcada por uma ação contínua da cisheteronorma que invalida existências dissidentes, tal como o racismo o faz com as pessoas negras.

Não se deseja retirar a força de denúncia do racismo estrutural e seus males, que tem uma raiz histórica violenta na escravização do povo de África e sua abdução para as Américas, sua exploração e animalização por um sistema que cresceu e prosperou às custas de muito sofrimento e total alienação destes trabalhadores forçados ao fruto de seu labor – que construiu o Brasil –, e que mesmo nos dias de hoje, mantém uma política de exclusão, acusação e morte advindas do próprio Estado, com endosso da população branca deste país. Mas a população LGBTQIAPN+ também sofre, sob outro jugo, toda uma política de alienação de direitos, desde os mais básicos: a dignidade e a vida. Tantas são as vivências de pessoas em situação de rua e/ou obrigadas a se prostituir por serem expulsas de casa pelos tutores. Tantas sofrem bullying na escola, são discriminadas para postos de trabalho, são mortos só pela sua existência desafiar o padrão esperado pela sociedade. A violência letal contra pessoas trans no Brasil tem sido reiteradamente denunciada por relatórios e pesquisas, o que reforça a importância de uma clínica atenta aos efeitos sociais da cisheteronorma. Estão constantemente aquém do esperado pela cisheteronorma que tenta, sem descanso, conformá-los dentro dos parâmetros aceitos pelo patriarcado. Há uma estrutura que se espalha pelas instituições, bem como há uma historicidade: mortos desde o Brasil Colônia, perseguidos pela Igreja e martirizados, como Xica Manicongo. Feitas as ressalvas, que se tratam de dois processos distintos e que por vezes se cruzam num mesmo corpo, interseccionalmente, trazem-se os conceitos. Trauma destruinte seria, segundo o autor:

uma força ativa que corrói, esgota e consome. É contínuo, estrutural e coletivo (...) não se limita a um evento isolado, mas se reinscreve incessantemente na subjetividade e na materialidade do corpo negro [e trans]. Esse trauma não pode ser tratado apenas na clínica psicanalítica, pois sua cessação depende da desmontagem radical da ordem que o sustenta. (Oliveira, 2025, p.53)

Já a doridade “é um conceito-significante atravessado pelo Real, estruturando uma experiência psíquica e política para corpos racializados.” (Oliveira, 2025, p.79) Não se trata apenas do sentimento da dor, mas de “dispositivo de subjetivação e enfrentamento”. O sofrimento ao invés de transformar a pessoa em vítima, muito antes, serve de força motriz para sua “dissidência e revolução”. Observa-se, sob essa ótica teórica, que a população trans, ao ousar existir e demarcar sua presença em uma estrutura social antagonica, resistindo a violências e políticas de exclusão, converte a vivência da dor em uma potente ferramenta de afirmação e revolução política. Estes dois conceitos podem ser usados na clínica para humanizar o tratamento da população LGBTQIAPN+. Caffé (2022, p.579) nos introduz Facchini (2018) que afirma que apesar das medidas governamentais – como o reconhecimento das uniões homoafetivas, autorização para uso do nome social e processo transexualizador pelo SUS a partir de 2008 – a violência segue alta, sem “estatísticas oficiais precisas”.

É conhecida a ideia de que a prática psicanalítica pode reforçar e instaurar efeitos normalizadores e patologizadores das novas formas de viver e, por outro lado, produzir e sustentar movimentos emancipatórios e afirmativos com respeito a essas mesmas formas. Os conceitos de Freud e Lacan sobre Édipo, falo e castração, por exemplo, carregam pressupostos patriarcalistas e heterossexistas (...) Filósofos como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida estabeleceram críticas importantes a esse respeito, mantendo um diálogo fecundo com a psicanálise. (...) Atualmente, psicanalistas como Michel Tort (2008), Thamy Ayouch (2014; 2019), Márcia Arán (2006; 2009) e outros (...) discutem as contradições e paradoxos da psicanálise, os seus aspectos normalizadores e revolucionários. (Caffé, 2022, p. 579-580)

Assim, segundo escolhermos “a indeterminação e a contingência dos objetos de pulsão, bem como a multiplicidade de posições não hierarquizadas da sexualidade infantil” (Caffé, 2022, p. 580), valorizamos a própria plasticidade e diversidade da constituição dos sujeitos, fazendo uma psicanálise mais acessível aos “outros gêneros”. Somos apresentados

à Dumaresq (2016), filósofa *queer* brasileira, que reflete “sobre o diagnóstico e tratamento de transexuais”, problematizando a constituição do sujeito nas psicoterapias. Para ela, “a invenção do termo cisgênero é uma conquista política e científica, uma vez que nomeia uma categoria hegemônica invisível sob o véu da normalidade.” (Caffé, 2022, p. 589)

[O] sujeito branco e cisgênero não se acha interpelado nas/pelas relações sociais de raça e de gênero tal como os sujeitos estigmatizados [os outros gêneros entre eles], não se vendo partícipe da matriz política reguladora dos gêneros. (...) ele se acha alheio e acrítico aos processos de racialização e generificação. (Caffé, 2022, p.589)

Preciado (2020, p.35) convida a todos a questionar e transformar nossas antigas raízes epistemológicas, pois eis que entramos em um tempo de muitas mudanças:

Os novos movimentos transfeministas, *queer* e antirracistas, mas também as novas práticas de filiação, de relações amorosas, de identificação de gênero, de desejo, de sexualidade, de nomeação são indícios dessa mutação e das experimentações na fabricação coletiva de uma outra epistemologia do corpo humano vivo.

“Não sei nem mesmo o que sou.” (Preciado, 2020, p.23) Como ele, não somos todos nós, que procuramos nos entender – analistas e analisandos – que não nos prendemos em definições pré-arranjadas, constituídos de dúvidas a respeito de nós mesmos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problematizações apresentadas ao longo deste artigo não se restringem a um debate teórico abstrato: elas incidem diretamente sobre a prática clínica e sobre o estatuto epistemológico da psicanálise. Se a teoria clássica da sexuação atribuiu ao complexo de Édipo e à função fálica o papel de operadores universais da constituição subjetiva, a emergência contemporânea de experiências não-binárias convoca a interrogar a extensão e os limites dessa universalidade. No plano clínico, a questão central não reside na validação identitária, mas na posição ética da escuta. A psicanálise, orientada pelo princípio da singularidade do sujeito, não pode antecipar diagnósticos a partir de categorias identitárias. Quando experiências de gênero dissidentes são automaticamente interpretadas como falha estrutural, corre-se o risco de substituir a escuta do inconsciente por um enquadramento

normativo. A distinção entre estrutura clínica e modos de identificação torna-se, nesse contexto, decisiva. A identidade de gênero, seja ela binária ou não-binária, não constitui critério diagnóstico em si mesma. A estrutura diz respeito à posição do sujeito frente à castração, ao desejo do Outro e à consistência da realidade psíquica — dimensões que não se confundem com a forma assumida pela identificação de gênero. A confusão entre esses níveis pode produzir efeitos patologizantes e obscurecer a complexidade das soluções subjetivas encontradas por cada analisante.

Do ponto de vista epistemológico, a interlocução com os estudos de gênero e com as críticas pós-estruturalistas não implica a dissolução da teoria psicanalítica, mas sua rearticulação. A psicanálise não é um sistema fechado: sua história demonstra contínuas reformulações diante de impasses clínicos e teóricos. A pluralização contemporânea das experiências de gênero pode ser compreendida como um desses momentos de inflexão, nos quais o encontro com novas formas de subjetivação exige revisão conceitual. Nesse sentido, deslocar a centralidade normativa do Édipo não significa negar sua relevância histórica ou clínica, mas reconhecer que sua elevação à condição de paradigma universal pode obscurecer outras modalidades de inscrição subjetiva. Se a inexistência da relação sexual implica que não há complementariedade pré-estabelecida entre os sexos, então toda posição sexuada comporta uma dimensão de invenção. A não-binariedade evidencia essa dimensão inventiva ao tornar explícita a insuficiência de modelos estritamente dicotômicos.

Como desdobramento, sugere-se o aprofundamento de investigações clínicas e teóricas que explorem os efeitos dessa revisão na prática analítica contemporânea, bem como o diálogo continuado entre psicanálise e estudos de gênero. Longe de representar ameaça à consistência do campo, tal interlocução pode fortalecer sua capacidade de responder aos impasses subjetivos de seu tempo, preservando o princípio ético da escuta singular como eixo orientador da clínica. Como hipótese exploratória, pode-se ainda indagar se seria possível conceber operadores simbólicos menos marcados pelo lastro biologizante do termo “falo”, capazes de nomear a perda da onipotência infantil sem reinscrever a hierarquia sexual historicamente associada ao masculino. Nesse horizonte, o significante “coroa” aparece apenas como ensaio preliminar de simbolização alternativa, ainda a ser criticamente desenvolvido. Este significante sugerido trabalha e faz par com a expressão

“sua majestade, o bebê” de Freud – oferecendo um símbolo potente para a perda do sentimento todo-poderoso de totalidade da criança pré-edípica – que não encontra restrição em nenhum sexo, não sendo amarrada ao feminino ou masculino, sendo plenamente aplicável a todas dissidências de sexo e gênero.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. **A Psicanálise e o dispositivo diferença sexual**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.17, n.3, p.653-673, set./dez. 2009.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. **SUBVERSÕES DO DESEJO: sobre o gênero e subjetividade em Judith Butler**. Cadernos pagu, Campinas, n.28, p.129-147, jan./jun. 2007.

BONNY, Pierre; HAMON, Romuald; VANHEULE, Stijn; MILLER, Alexander; LE GALL, Glenn. **THE FEMININE AND THE TRANSGENDER SINTHOME: clinical and theoretical issues**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v.26, n. e230210, 2023.

BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. E-book.

_____. **PROBLEMAS DE GÊNERO: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. E-book.

_____. **Regulações de Gênero**. Cadernos pagu, Campinas, n.42, p.249-274, jan./jun. 2014.

CAFFÉ, Mara. **Psicanálise e violência social de gênero**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v.25, n.3, p.578-596, set. 2022.

CARVALHO, Mario. **“TRAVESTI”, “MULHER TRANSEXUAL”, “HOMEM TRANS” E “NÃO BINÁRIO”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas.** *Cadernos pagu*, Campinas, v.52, n. e185211, 2018.

COUTO, Daniela Paula do. **Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito.** *Psicologia em Pesquisa - UFJF*, Juiz de Fora, v. 11, n.1, p.1-10, jan./jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE: A vontade de saber.** 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. V.1. Ebook.

FREUD, Sigmund. **A Dissolução do Complexo de Édipo.** In: FREUD, Sigmund. **OBRAS COMPLETAS, VOLUME 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925).** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Ebook.

_____. **Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos.** In: FREUD, Sigmund. **OBRAS COMPLETAS, VOLUME 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925).** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Ebook.

_____. **Feminilidade.** In: FREUD, Sigmund. **OBRAS COMPLETAS, VOLUME 18: O Mal-Estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936).** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Ebook.

_____. **OBRAS COMPLETAS, VOLUME 6: Três ensaios sobre a teoria de sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O Caso Dora”) e outros textos (1901-1905).** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Ebook.

GARCIA, Rafael Marques; BRITO, Leandro Teófilo de. **PERFORMATIZAÇÕES QUEER NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.** *Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 24, n.4, p.1321-1334, out./dez. 2018.

IRIGARAY, Luce. **This sex which is not one.** Ithaca, NY: Cornell University, 1985. 224 pp. Ebook.

LACAN, Jacques. **O SEMINÁRIO, LIVRO 20: Mais, ainda.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 160 pp.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SCHIAVON, Amanda de Almeida; RESADORI, Alice Hertzog; VANIN, Aline Aver; ALMEIDA, Alexandre do Nascimento; MACHADO, Paula Sandrine. **Violações de direitos humanos nos procedimentos normalizadores em crianças intersexo.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.39, n.1, e00066322, p.1-14, 2023.

LIMA, Vinicius Moreira; BEDÊ, Heloísa Moura. **PARA ALÉM DO ÉDIPO: entre Deleuze-Guattari e Laplanche.** Fractal – Revista de Psicologia, Niterói, v.32, n.2, p.162-170, mai./ago. 2020.

LOPES, Ronald; OLIVEIRA, Jairo Carioca de. **TRAVESSIA – DA ESCUTA ADESTRADA AO PSICANALISTA PERIPHÉRICO: quando a centralidade vira margem.** Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v.57, e-945, 2025.

LOURES, Lorena Silva; POLI, Maria Cristina Candal. **As configurações contemporâneas do gênero e a insistência do desejo.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v.26, e220426, 2023.

MACEDO, Leonora Maniglia. **EXPERIÊNCIAS DE NÃO-BINARIEDADE: o gênero, a psicanálise e uma nova epistemologia.** 2024. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2024.

MARTINS, Alessandra Affortunati. **A inveja da vulva.** In: PONCIANO, João (org.). **PSICANÁLISE AO AVESSO: Por uma Epistemologia Subversiva.** São Paulo: INM Editora, 2025. 193pp.

MURTA, Cláudia Pereira do Carmo. **Inveja do útero.** In: PONCIANO, João (org.). **PSICANÁLISE AO AVESSO: Por uma Epistemologia Subversiva.** São Paulo: INM Editora, 2025. 193pp.

OLIVEIRA, Jairo Carioca de. **O EU RASURADO: Um Manifesto de um “Devir-Negro do Mundo” pela Insurreição do Pensável.** Nova Iguaçu: Edição do Autor, 2025. Ebook.

PARISOTTO, Luciana; GUARAGNA, Katia Beirão de Almeida; VASCONCELOS, Maria Cristina; STRASSBURGER, Matias; ZUNTA, Mônica Horikawa; MELO, Wilson Vieira. **DIFERENÇAS DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SEXUAL: Integração dos paradigmas biológico, psicanalítico e evolucionista.** Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.25, supl. 1, p.75-87, abr. 2003.

PRECIADO, Paul B. **EU SOU O MONSTRO QUE VOS FALA: Relatório para uma academia de psicanalistas.** Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2020. 84pp.

ROCHA, Cássio Bruno de Araujo. **APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA HISTÓRIA LGBTQIA+: uma saída queer para a polêmica Essencialismo/Construcionismo.** Rev. Hist., São Paulo, n.182, a00723, 2023.

SANTOS, Aleixo Fonseca Bueno dos. **GÊNEROS DESOBEDIENTES: a não-binariedade em perspectiva.** 2023. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2023.

SOUZA, Eloisio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A Analítica Queer e seu Rompimento com a Concepção Binária de Gênero.** RAM – Ver. Adm. Mackenzie, São Paulo, v.11, n.3, ed. Especial, p.46-70, maio/jun. 2010.